

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte CORREIO BRASILENSE

Class.:

87

Data

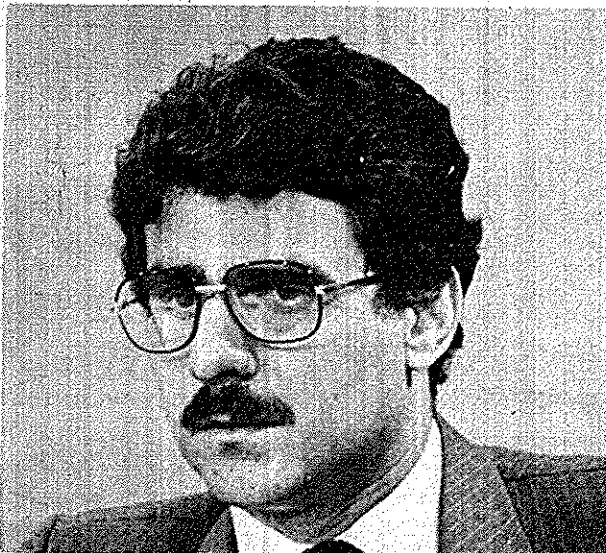
02/07/87

Pg.:

Missões escravizam índios?

Funai suspende convênios para verificar denúncias

ARQUIVO



Romero Jucá defende maior controle sobre missões

O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, assinou ontem portaria suspendendo pelo prazo de 90 dias, a assinatura de convênios com missões religiosas, bem como a renovação dos já existentes. Segundo Jucá, existem cerca de 90 missões religiosas trabalhando em áreas indígenas sem o acompanhamento da Funai e sem normas de atuação. "Recebemos denúncias sobre trabalho escravo e contrabando", afirmou Jucá, que se negou a revelar quais missões estavam envolvidas.

A portaria, de acordo com o presidente, permitirá realização de "um amplo levantamento sobre a atuação das missões religiosas e regulamentar a concessão de autorizações para ingressos de missionários em áreas indígenas".

Romero Jucá ressaltou que "não estamos querendo proibir nenhum misio-

nário, nenhum grupo religioso, de atuar junto aos índios". O que se pretende, segundo ele, "é normatizar esta atuação, de forma a garantir benefícios às comunidades indígenas onde atuam estes missionários, independentemente de seus credos ou orientação religiosa".

Jucá destacou também que a supervisão da Funai junto à atuação das missões vai permitir separar os grupos que trabalham bem daqueles que não o fazem, criando problemas para os índios".

A portaria cria um grupo de trabalho, que será presidido pela antropóloga Cláudia Menezes, diretora do Museu do Índio, no Rio de Janeiro. O grupo terá 60 dias, no máximo, para concluir os trabalhos visando definir uma política de atuação das missões religiosas. Jucá explicou que "este é um trabalho democrático, pois as principais missões e instituições vin-

culadas à questão indígena serão ouvidas".

MINERAÇÃO

A portaria da Funai e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), de 18 de maio deste ano, que regulamentava a mineração em área indígena, foi defendida ontem pelo superintendente geral da Funai, Marcelo Coutelo Chagas. "O que fizemos foi regulamentar um processo que consideramos inevitável", afirmou Coutelo, acrescentando que a "mineração só ocorrerá com a manifestação expressa da comunidade indígena".

A Funai analisará o grau de aculturação da comunidade e negociará com a mineradora a sua atuação na área, o que "na prática torna o subsolo propriedade do índio". Os recursos, segundo Coutelo, serão aplicados na comunidade em processos produtivos.